

1 **ATA DA 509ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS**
2 **DO VALE EUROPEU – AMVE (CNPJ 83.779.413/0001-43, SITO À RUA ALBERTO STEIN,**
3 **Nº 466, VELHA, BLUMENAU/SC, CEP 89.036-200), REALIZADA NO DIA NOVE DE**
4 **MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

5 Aos nove dias do mês de março de dois mil e vinte e três, às 15 horas, no auditório da Associação,
6 realizou-se a quingentésima nona Assembleia Geral Ordinária da Associação de Municípios do Vale
7 Europeu (Amve), presidida pelo presidente da entidade e prefeito de Blumenau, senhor Mario
8 Hildebrandt, e secretariada por mim, Giovana Peron. A assembleia contou com a presença do senhor
9 Arão Josino da Silva, prefeito do município de Ascurra; da senhora Arrabel Antonieta Lenzi Murara,
10 prefeita do município de Benedito Novo; do senhor José Ari Vequi, prefeito do município de Brusque;
11 do senhor Hartwig Persuhn, prefeito do município de Doutor Pedrinho; do senhor Kleber Edson Wan-
12 Dall, prefeito do município de Gaspar; do senhor Valmir Zirke, prefeito do município de Guabiruba;
13 do senhor André Luiz Moser, prefeito do município de Indaial; do senhor Ércio Kriek, prefeito do
14 município de Pomerode; da senhora Maria Angélica Faggiani, secretária de Fazenda e Administração
15 de Timbó, representando o senhor Jorge Augusto Krüger, prefeito do município de Timbó; do senhor
16 Cassio Murilo Chatagnier de Quadros, diretor executivo da Amve; além de demais interessados. Após
17 declarada aberta a assembleia, com a constatação do quórum estatutário, o presidente deu início à
18 reunião cumprimentando a todos, e apresentou a Ordem do Dia, composta pelos seguintes itens: 1 –
19 Aprovação da ata da assembleia anterior; 2 – Ponto de Atendimento Virtual (PAV) - Receita Federal;
20 3 – Prestação de contas das ações - Polícia Militar; 4 – Programa Universidade Gratuita - FURB; 5 –
21 Adequações Estatuto Social; 6 – Reforma Tributária; 7 – Balanço Patrimonial e DRE 2022; 8 –
22 Análise para a cobrança do serviço de limpeza urbana; 9 – Esclarecimentos - Convênio SEF e
23 municípios; 10 – Assuntos gerais. Tratando do item um, o presidente colocou em apreciação a ata da
24 508ª Assembleia Geral Ordinária, pois foi confirmado o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos
25 via correio eletrônico, e não havendo manifestações, esta foi aprovada. Passando ao item dois, foi
26 dada a palavra ao senhor Eduardo Burigo de Sousa, delegado da Receita Federal em Blumenau, o
27 qual cumprimentou a todos e iniciou sua fala comentando sobre a jurisdição da Delegacia da Receita
28 Federal (RF) de Blumenau, citando números da população e arrecadação dos municípios, e também
29 que há pontos físicos de atendimento da RF em Blumenau, Brusque e Rio do Sul. Destacou ainda a
30 necessidade de ampliar o atendimento da RF à população, especialmente aquela em situação de
31 vulnerabilidade social, então surgiu, a nível nacional, a proposta de criar o Ponto de Atendimento
32 Virtual (PAV) da Receita Federal, o qual é um espaço mantido em parceria com outro ente, em geral
33 o município, onde é feito um autoatendimento orientado em diversos serviços da RF; caso não seja
34 possível resolver a situação, é formalizado um processo e encaminhado à uma equipe regional para
35 solução e devolutiva ao cidadão. Comentou sobre a estrutura necessária para montar o PAV, que há
36 flexibilidade de horários de funcionamento conforme a demanda, e que há alguns municípios que já
37 possuem estes pontos de atendimento. Em seguida, explicou como funciona o processo de
38 atendimento, e que a Receita está trabalhando na regionalização para resolução dos processos. Citou
39 que a formalização deste serviço é feita através de convênio com a Receita Federal, e destacou os
40 diversos benefícios trazidos à população e ao município. Diante disto, informou que todos os
41 municípios da região interessados em aderirem ao PAV estão autorizados e receberão apoio logístico,
42 bem como agradeceu àqueles que já aderiram ao projeto. Por fim, apresentou os dados de
43 atendimentos realizados, comentou também sobre a possibilidade de arrecadação de recursos ao
44 Fundo para a Infância e Adolescência (FIA), e agradeceu ao espaço cedido, colocando-se à
45 disposição. Foi comentado sobre a possibilidade de utilizar as estruturas de Praça do Cidadão que os
46 municípios já possuem, sobre o procedimento para efetivar o serviço, e o senhor Arão Josino da Silva
47 deu seu relato positivo sobre o funcionamento do PAV no município de Ascurra. Também foi
48 abordado sobre o percentual do Imposto de Renda de Pessoa Física que pode ser direcionado ao FIA
49 ou ao Fundo do Idoso, e que o município pode aportar estes recursos diretamente em seus projetos.
50 Em seguida, passando ao item três, foi dada a palavra ao senhor Luiz André Pena Viana de Oliveira,

51 comandante da 7ª Região de Polícia Militar (PM), o qual cumprimentou a todos e apresentou os
52 principais resultados e ações da PM no ano de 2022, citando a área de atuação, o número de
53 atendimentos do Centro de Operações Policiais Militares (COPOM), os casos de homicídios, crimes
54 contra o patrimônio, o número de detenções, bem como de apreensão de armas e drogas. Também
55 apresentou os dados de atividades preventivas e programas da PM como Rede Rural, Rede de
56 Vizinhos, Rede Catarina, Proerd, os Conselhos de Segurança nos municípios, bem como as ações de
57 segurança específicas para as festas tradicionais da região. Na sequência, abordou as metas para este
58 ano, sendo renovação ou construção de edificações, tornar o COPOM regional uma referência no
59 estado, a formação e cuidado físico dos militares, a ampliação da rede de rádio digital, renovação da
60 frota operacional, modernização do armamento operacional, e ampliação do monitoramento
61 eletrônico nos municípios. Também abordou o planejamento de operações policiais integradas,
62 coordenação de eventos regionais, busca de reforços especializados, bem como fomentar
63 treinamentos e capacitações. Por fim, agradeceu pelo espaço e se colocou à disposição sempre que
64 necessário. Tomando a palavra, o senhor Mario Hildebrandt destacou que a região se destaca muito
65 no quesito segurança pública graças à atuação das polícias, bem como destacou a relevância do
66 programa Rede Catarina na proteção de mulheres vítimas de violência. Citou também a importância
67 do Proerd, evidenciou que a rede de monitoramento auxilia muito nas ações, e ainda falou da
68 segurança promovida nas festas regionais, dando o exemplo da Oktoberfest, onde foi possível reduzir
69 significativamente os furtos. Igualmente, o presidente da Amve destacou que é necessário cobrar o
70 aumento de efetivo para a região junto ao Governo do Estado, e o senhor José Ari Vequi se manifestou
71 solicitando que seja feita articulação com os Deputados Estaduais no sentido de criar legislação a
72 nível estadual que preveja a alocação do efetivo da Polícia Militar de acordo com a população, abrindo
73 exceções para regiões mais problemáticas caso necessário. Em seguida, a senhora Arrabel Antonieta
74 Lenzi Murara se manifestou agradecendo o apoio da PM nas situações de emergência ocorridas no
75 município de Benedito Novo por conta das chuvas, e o senhor Kleber Edson Wan-Dall também
76 reconheceu o trabalho da Polícia. Novamente com a palavra, o comandante agradeceu mais uma vez
77 e reconheceu o apoio das prefeituras da região, bem como informou que em breve deixará seu cargo
78 no Comando Regional por questões particulares, mas que estará sempre à disposição. Dando
79 seguimento à pauta, no item quatro, foi dada a palavra à senhora Márcia Cristina Sardá Espíndola,
80 reitora da Universidade Regional de Blumenau (FURB), a qual cumprimentou a todos e iniciou sua
81 fala lembrando que a FURB faz parte da Acafe, associação que reúne 14 universidades comunitárias
82 do estado, que são instituições de ensino de direito público e sem fins lucrativos, portanto toda
83 arrecadação é revertida ao ensino, pesquisa e/ou extensão, o que contribui expressivamente para o
84 desenvolvimento das comunidades e do estado. Em seguida, informou que atualmente existe o
85 programa Uniedu, que direciona 5% do orçamento Estadual da Educação para concessão de bolsas
86 para o ensino superior, sendo que 90% é aplicado em instituições da Acafe e 10% em instituições
87 particulares, e as bolsas concedidas vão de 25% a 100% da mensalidade. Destacou também que, ainda
88 em campanha, o senhor Jorginho dos Santos Mello, agora Governador, lançou o Programa
89 Universidade Gratuita, o qual visa pagar 100% das mensalidades a todas as pessoas contempladas.
90 Citou que em breve o projeto de lei para criação do programa deve ser encaminhado à Assembleia
91 Legislativa (ALESC), e que deve ser voltado exclusivamente às instituições que fazem parte da
92 Acafe. Diante disto, a reitora da FURB solicitou o apoio da Amve para que se manifeste no sentido
93 de que seja trabalhada a proposta de repasse de recursos apenas às instituições comunitárias no âmbito
94 do Programa Universidade Gratuita. Houve uma breve discussão sobre o tema, no que tange a fonte
95 de recursos, critérios para repasse e o retorno que os beneficiados devem dar à sociedade, e a senhora
96 Márcia Cristina Sardá Espíndola destacou que ainda não foi apresentado o texto do projeto de lei. Na
97 sequência, foi dada a palavra ao senhor Napoleão Bernardes, deputado estadual, o qual cumprimentou
98 a todos e citou que será oficializada uma Frente Parlamentar em defesa das universidades
99 comunitárias. Igualmente, reiterou que ainda não foi apresentado o texto do projeto de lei, mas que
100 as universidades comunitárias deveriam ser favorecidas devido ao retorno que dão à sociedade e ao

101 seu nível de excelência no ensino, bem como porque o recurso público deve ser investido no que dá
102 retorno comunitário. Na sequência, o presidente colocou em apreciação a manifestação da Amve
103 dando apoio à iniciativa de que o Programa Universidade Gratuita seja direcionado apenas às
104 universidades comunitárias e associadas à Acafe; não havendo manifestações contrárias, esta foi
105 aprovada, a qual a reitora da FURB agradeceu e se colocou à disposição. Em seguida, o presidente
106 adiantou um tema dos assuntos gerais, comentando sobre a realização da Marcha à Brasília pela
107 Confederação Nacional de Municípios (CNM), e o senhor Arão Josino da Silva abordou a reunião do
108 Conselho Político da CNM realizada no dia sete de março, onde foram lançadas as Frentes
109 Parlamentares de apoio ao municipalismo e do novo pacto federativo, e também foram definidas as
110 pautas estratégicas e prioritárias a serem apresentadas na Marcha, dentre elas a reforma tributária.
111 Informou ainda que durante a programação, no dia vinte e nove de março, a Federação de Consórcios,
112 Associações e Municípios de Santa Catarina (FECAM) promoverá uma reunião com os Deputados
113 Federais da bancada catarinense, onde serão apresentadas as pautas municipalistas. Dando
114 seguimento à pauta, no item cinco, foi dada a palavra ao senhor Alexandre Carvalho Brigido,
115 advogado da Amve, o qual cumprimentou os presentes e abordou a necessidade de fazer algumas
116 alterações no estatuto social da Associação por conta da lei federal nº 14.341/2022, a qual dispõe
117 sobre a Associação de Representação de Municípios, e da lei estadual nº 18.254/2021, que dispõe
118 sobre as associações de municípios no Estado de Santa Catarina previstas no art. 114, § 3º da
119 Constituição Estadual. Após apresentada a nova redação dos artigos necessários, e não havendo
120 manifestações contrárias, os prefeitos deliberaram pela aprovação da nova alteração do Estatuto
121 Social da Associação, conforme transcrição:

122 (...) Art. 4º (...)

123 Parágrafo Único – A Amve não distribui lucros, dividendos ou remuneração de qualquer natureza aos
124 membros da Diretoria ou a seus associados.

125 (...) Art. 5º - Além dos objetivos previstos na legislação vigente, artigo 114, § 3º, da Constituição de
126 Santa Catarina, pela Lei nº 10.406/02, pela Lei nº 14.341/2022, pela Lei Estadual nº 18.254/2021, e
127 respeitadas as autonomias municipais, a Associação está sujeita ao regime jurídico próprio das
128 associações privadas e tem por finalidade a atuação na defesa de interesses gerais dos Municípios, da
129 seguinte forma:

130 (...) a) nas atividades meio de suas Prefeituras: (...)

131 3 – Defender e reivindicar os interesses das administrações municipais da Microrregião, junto às
132 demais esferas de Governo, inclusive, em processos administrativos que tramitem perante os
133 Tribunais de Contas e órgãos do Ministério Público, bem como frente à sociedade e instâncias
134 privadas;

135 4 – Assessorar os Municípios associados (...)

136 5 – Estimular e incentivar (...)

137 6 – Coordenar medidas (...)

138 7 – Participar de convênios (...)

139 (...) III - Postular em juízo, em ações individuais ou coletivas, na defesa de interesse dos Municípios
140 filiados, na qualidade de parte, terceiro interessado ou *amicus curiae*, quando receberem autorização
141 individual expressa e específica do chefe do Poder Executivo.

142 (...) Art. 8º - A Assembleia Geral é a instância máxima da associação e órgão soberano em suas
143 decisões.

144 (...) Art. 21 (...)

145 l) deliberar sobre a destituição de associados;

146 (...) n) omissões estatutárias.

147 o) Autorização para a Amve representar os entes associados perante outras esferas de governo, e a
148 promover, judicial e extrajudicialmente, os interesses dos Municípios associados, em assuntos de
149 interesse comum. [art. 5º, VII da Lei nº 14.341/2022].

150 § 1º - Para fins do disposto na letra “o”, qualquer município associado ou membro titular dos poderes
151 da entidade poderá requerer a submissão de assunto de interesse comum à análise da Assembleia
152 Geral, propondo a representação da demanda pela Amve, mediante prévia solicitação formal dirigida
153 ao. Presidente, que deverá pautá-la na Assembleia Geral imediatamente posterior ao pedido, salvo se
154 já publicado edital convocatório, ocasião na qual poderá ser o assunto pautado na Assembleia Geral
155 subsequente. [art. 5º, VII da Lei nº 14.341/2022].

156 § 2º - Para fins do disposto na letra “o”, serão representados judicialmente pela Associação apenas os
157 Municípios cujo chefe do Poder Executivo assim autorizar expressamente, com indicação específica
158 do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais.

159 § 3º - Para fins do disposto na letra “o”, a propositura de demanda judicial em nome da própria
160 Associação, para defender interesses comuns dos Municípios, sem representá-los em juízo, dependerá
161 apenas da aprovação por maioria simples da Assembleia Geral. [art. 5º, VII da Lei nº 14.341/2022].
162 (...) Art. 27 (...)

163 §4º - Os cargos de Diretoria necessariamente deverão ser exercidos por chefes do Poder Executivo
164 de qualquer ente da Federação associado.
165 (...) Art. 42 (...)

166 g) recursos eventuais que lhe forem atribuídos inclusive advindos de fundos públicos ou privados;
167 h) receitas de verbas publicitárias destinadas a veiculação de mídia nos veículos de comunicação
168 produzidos pela entidade;

169 i) receitas oriundas de acordos de cooperação, termos de colaboração ou termos de fomento com a
170 administração pública, nos termos da Lei nº 13.019/2014;

171 j) receitas da prestação de serviços ou projetos especiais a municípios, consórcios públicos,
172 associação de municípios ou a terceiros, conforme termos de convênios ou contratos;

173 l) receitas de convênios, contratos ou acordos firmados com órgãos do poder público ou privado;

174 m) receitas de patrocínios e congêneres;

175 n) receitas de alienações de bens ou ações;

176 o) outras.

177 (...) § 3º - A Associação adotará a contabilidade privada para registro da sua execução orçamentária,
178 sem prejuízo da Prestação de Contas Anual prevista na alínea “t” do art. 29 deste Estatuto e da
179 publicização de seus relatórios financeiros e dos valores de contribuições pagas pelos Municípios em
180 sítio eletrônico facilmente acessível por qualquer pessoa.

181 (...) Art. 54 (...)

182 II – o recrutamento para emprego do quadro permanente será feito mediante seleção simplificada, de
183 acordo com a natureza e a complexidade de suas funções, na forma prevista em regulamento,
184 ressalvada a forma de contratação prevista estatutariamente para emprego de confiança; [art. 6º, caput,
185 da Lei 14.341/2022]

186 (...) Art. 56 (...)

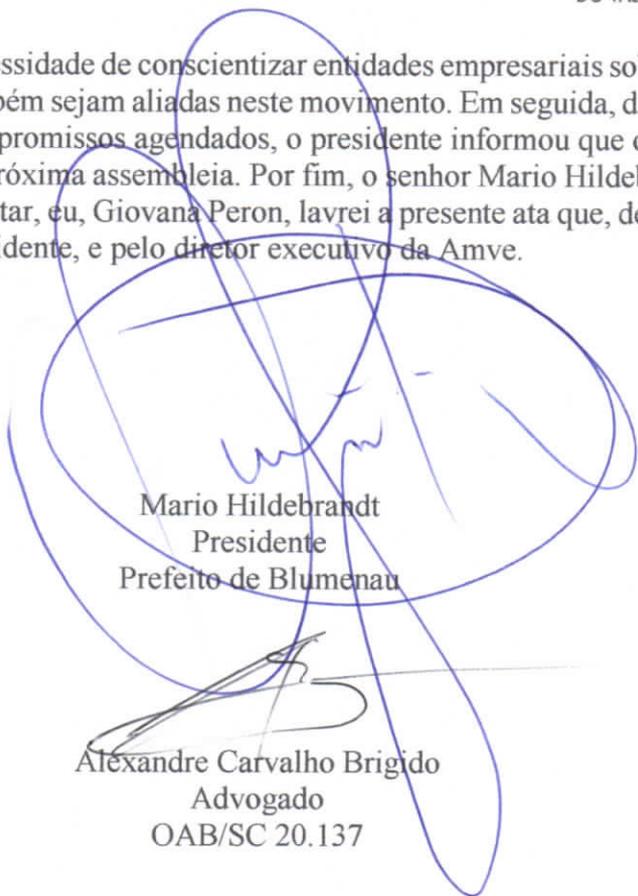
187 § 1º. É obrigatória a publicação de relatórios financeiros anuais e dos valores de contribuições pagas
188 pelos Municípios em sítio eletrônico facilmente acessível por qualquer pessoa; [art. 2º, IV da Lei
189 14.341/2022].

190 § 2º. É obrigatória a disponibilização de todas as receitas e despesas da associação, inclusive da folha
191 de pagamento de pessoal, bem como de termos de cooperação, contratos, convênios e quaisquer
192 ajustes com entidades públicas ou privadas, associações nacionais e organismos internacionais,
193 firmados no desenvolvimento de suas finalidades institucionais, em sítio eletrônico da internet
194 facilmente acessível por qualquer pessoa. [art. 2º, V da Lei 14.341/2022].

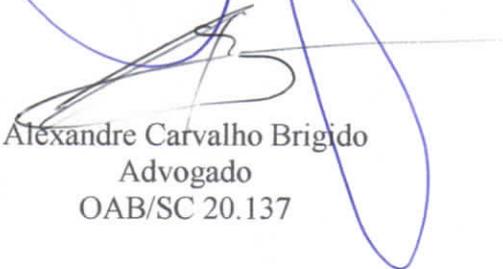
195 Dando sequência à reunião, adiantando mais uma pauta em assuntos gerais, foi dada a palavra ao
196 senhor Napoleão Bernardes, o qual destacou que neste primeiro mês de mandato, como deputado
197 estadual, trabalhou no sentido de representar os municípios e articular discussões necessárias com o
198 Governo do Estado, tanto em reunião com a Secretaria de Estado da Fazenda como com a Secretaria
199 de Estado da Infraestrutura. Ressaltou que manterá esta atuação durante todo o mandato, que dará

200 apoio aos municípios quando necessário, que seu gabinete na ALESC sempre estará disponível, e que
201 está aberto para discussões e sugestões em pautas futuras. Igualmente, informou que é membro da
202 Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na Assembleia Legislativa, mostrando-se disposto a
203 dialogar em caso de necessidade de análise mais aprofundada de projetos de lei, e também que é vice-
204 presidente da Comissão de Assuntos Municipais da ALESC, destacando que certas mobilizações
205 podem ser trabalhadas a partir deste grupo. Por fim, agradeceu pelo espaço e novamente se colocou
206 à disposição para auxiliar no que for necessário. Em seguida, o presidente abordou a reunião realizada
207 na Secretaria de Estado da Infraestrutura, onde foi discutida a questão dos repasses para as obras do
208 Plano 1000, e demonstrou preocupação com relação a possibilidade de mudança na forma ou até
209 interrupção dos repasses aos municípios. Diante disto, após deliberação, ficou acordado que será
210 enviada correspondência ao Governo do Estado, à FECAM, ao presidente e à Comissão de Assuntos
211 Municipais da ALESC sobre o tema. Dando seguimento, o presidente passou ao item sete da pauta,
212 dando a palavra ao senhor José Rafael Corrêa, consultor em gestão fiscal e integridade pública da
213 Amve, o qual apresentou os valores da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) da
214 Associação no ano de 2022, e detalhando a receita, destacou que esta teve um crescimento atípico
215 comparada aos últimos exercícios. Já no que se refere à despesa, destacou que foram feitos
216 investimentos no prédio da Associação, bem como em equipamentos, sendo que ao final houve um
217 pequeno superávit comparando a receita total e a despesa total. Em seguida, apresentou o Balanço
218 Patrimonial, onde destacou os valores de ativo, passivo e patrimônio social, e não havendo
219 manifestações, ficou aprovada a prestação de contas apresentada. Novamente em pauta dos assuntos
220 gerais, o presidente da Amve comentou sobre a necessidade de fazer um estudo na região acerca dos
221 custos arcados pelas prefeituras com o pagamento de profissionais que deveriam ser financiados pela
222 União, inclusive aqueles com piso salarial, a fim de cobrar o que é devido e aliviar as finanças
223 municipais. Em seguida, foi dada a palavra ao senhor Kleber Edson Wan-Dall, o qual convidou os
224 prefeitos para participarem da cerimônia em comemoração ao aniversário da cidade de Gaspar, e em
225 seguida abordou a questão dos comércios de armas e munição e dos clubes de caça e tiro, que é algo
226 tradicional e cultural da região e movimenta a economia de forma significativa. Demonstrou
227 preocupação com o Decreto 11.366/2023 do Governo Federal, que limitou o acesso a armamentos e
228 registros, e pediu que este tema seja tratado pela Associação após estudo e levantamento de
229 informações. Com a palavra, o presidente se manifestou no sentido de fazer uma moção de apelo ao
230 Governo para revisão do Decreto, tendo em vista o contexto regional, bem como uma moção de apoio
231 ao setor. Em seguida, foi dada a palavra à senhora Vanessa Fernanda Schmitt, diretora executiva da
232 Agência Pública Intermunicipal de Serviços do Vale Europeu (APIS), a qual tratou sobre os estudos
233 iniciados para criar uma casa de acolhimento para menores de idade, a fim de atender a demanda dos
234 municípios de Apiúna, Ascurra, Rodeio e Guabiruba, e informou que este tema será abordado em
235 Assembleia para as definições finais. Ainda em assuntos gerais, o presidente comentou sobre a visita
236 da comitiva alemã do Distrito de Karlsruhe à Amve no final de fevereiro, e informou que será
237 organizada uma viagem para visitar aquela região ainda este ano, a qual será custeada pela
238 Associação. Passando ao item seis, foi dada a palavra ao senhor Guilherme Boeing Ouriques, diretor
239 geral de Fazenda da prefeitura de Brusque, o qual cumprimentou a todos e apresentou um panorama
240 sobre os encaminhamentos da reforma tributária a nível federal, apresentando as três Propostas de
241 Emenda à Constituição (PEC) que estão sendo analisadas no Congresso Nacional. Abordou as
242 mudanças de cada uma, citando os tributos que seriam extintos e criados, como funcionaria a gestão
243 tributária, o destino da arrecadação, as principais características da tributação em cada PEC, a
244 previsão de tratamento diferenciado para população de baixa renda ou para compra governamental,
245 o formato de transição para as empresas, e o tratamento para pequenas empresas. Falou também sobre
246 as motivações para unificar tributos, destacou que o intuito da reforma tributária é auxiliar a
247 população, bem como tratou sobre as possíveis perdas para as prefeituras. Por fim, salientou a
248 importância de os municípios se envolverem na discussão e serem ouvidos. Foi comentado sobre a
249 necessidade de levar esta discussão para a Marcha à Brasília da CNM neste mês, bem como sobre a

250 necessidade de conscientizar entidades empresariais sobre as mudanças de contribuição para que estas
251 também sejam aliadas neste movimento. Em seguida, devido ao adiantado da hora e por possuir outros
252 compromissos agendados, o presidente informou que os tópicos não tratados serão inclusos na pauta
253 da próxima assembleia. Por fim, o senhor Mario Hildebrandt declarou encerrada a assembleia, e para
254 constar, eu, Giovana Peron, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada por mim, pelo
255 presidente, e pelo diretor executivo da Amve.



Mario Hildebrandt
Presidente
Prefeito de Blumenau



Alexandre Carvalho Brigido
Advogado
OAB/SC 20.137



Cassio Murilo Chatagnier de Quadros
Diretor Executivo



Giovana Peron
Giovana Peron
Secretária Executiva

256